



PODE O SUBALTERNO CARTOGRAFAR? REFLEXÕES SOBRE O ATIVISMO CARTOGRÁFICO NO COMPLEXO DA PROVIDÊNCIA*

Julio Cesar de Brito Coelho Gomes ¹

RESUMO

O objetivo deste texto é relatar o processo de parceria e assessoria técnica entre o NEGRAM/ETTERN/IPPUR/UFRJ e o grupo social “Comitê SOS Providência e Região Portuária”, realizado entre 2021 e 2022, no Complexo da Providência, na cidade do Rio de Janeiro. A experiência resultou na produção de um recenseamento popular e num processo cartográfico, gerando o “I Diagnóstico Popular da Providência”. Nosso enfoque é evidenciar aspectos que podem contribuir para a reflexão teórica e política sobre potencialidades da ação coletiva de grupos populares e sua contribuição ao campo do planejamento urbano militante.

Palavras-chave: Assessoria Técnica, Processo Cartográfico, Recenseamento Popular, Ação Coletiva, Planejamento Urbano Militante.

RESUMEN

El objetivo de este texto es informar sobre el proceso de asociación y consultoría técnica entre NEGRAM/ETTERN/IPPUR/UFRJ y el grupo social "Comitê SOS Providência e Região Portuária", que tuvo lugar entre 2021 y 2022 en el Complexo da Providência, en la ciudad de Río de Janeiro. El experimento resultó en la producción de un censo popular y un proceso cartográfico, generando el Primer Diagnóstico Popular de Providência. Nuestro objetivo es destacar aspectos que puedan contribuir a la reflexión teórica y política sobre el potencial de la acción colectiva de los grupos populares y su contribución al campo del urbanismo militante.

Palabras clave: Asesoramiento técnico, proceso cartográfico, censo popular, acción colectiva, urbanismo militante.

¹ Mestrando do Curso em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM) juliobritto11@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultado de uma empreitada que articulou teoria e prática da Frente de Cartografia do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM), que busca identificar, sistematizar e interpretar experiências que mobilizem a cartografia em diferentes escalas – sobretudo, as expressas no espaço urbano.

Acreditamos que Mapa, Censo e Museu compõem (no decurso histórico) uma tríade fundamental ao exercício do poder (ANDERSON, 2008) justificando rearranjos espaciais, controles populacionais e eivando subjetividades a partir de narrativas hegemônicas. No entanto, compreendendo o poder enquanto relação e não um ente estático (FOUCAULT, 1984) voltamos nossa atenção para uma miríade de experiências que produzem o “novo” e tencionam (de diversas formas) o campo das representações espaciais e lutas sociais – operaremos aqui com os *Ativismos Cartográficos* (SANTOS, 2011).

De acordo com Santos (2011) os *Ativismos Cartográficos* constituem um alargamento conceitual e político das representações espaciais, na medida em que confrontam, em múltiplos sentidos, o (i) processo; o (ii) objeto e; o (iii) uso da cartografia, podendo se constituir em estratégias/ferramentas de luta e mobilização social, a partir do espaço e sua representação.

Nesse sentido, orientados pela prática social e mobilizando arcabouços teóricos múltiplos, buscamos contribuir com o campo político e epistêmico da geografia, no âmbito do urbano, refletindo sobre uma experiência de *Ativismo Cartográfico* e recenseamento popular, oriunda da articulação entre o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia, Relações Raciais e Movimentos Sociais (NEGRAM) do Instituto de Pesquisas em Planejamento Urbano e Regional e o grupo social Comitê SOS Providência e Região Portuária, do Morro da Providência.

No primeiro semestre de 2020, o a pandemia do Novo Corona Vírus se espalha em velocidade e escala exponencial, impactando o campo social e agravando o quadro de pobreza, que incide mormente sobre os estratos mais necessitados da sociedade. Nesse contexto, um grupo protagonizado por moradores do Morro da Providência lança mão da antiga estratégia do “*nós por nós*” criando um comitê de emergência, para a mitigação dos impactos da Covid-19 no território. Surge assim, o Comitê SOS Providência e Região Portuária. Como primeira

medida de ação coletiva implementada pelo referido grupo social, está a criação da frente Morador Monitor.

O Morador Monitor é uma frente de ação do comitê, protagonizada por moradores atuantes enquanto “auxiliadores para a gestão territorial durante o período de isolamento social, reunindo demandas da população e diagnóstico de monitoramento das áreas” (SOS Providência. 2020) e se estendeu enquanto uma das frentes de atuação mais importantes do Comitê SOS Providência e Região Portuária. No Âmbito dessa experiência, o grupo oscilou entre 16 e 13 moradores.

A relação de aproximação para a parceria se deu a partir do interesse dos pesquisadores do NEGRAM num divulgado processo cartográfico autônomo, protagonizado por moradores do território da Providência e capitaneada pelo Comitê SOS Providência e Região Portuária. Os agentes do território, ao tomarem conhecimento do interesse do núcleo em relação aos mapas publicizados, revelaram que entendiam por “cartografia”, o processo de levantamento de dados (mesmo sem representação espacial) sobre a situação da Covid-19 nos domicílios, para medir o impacto sanitário e social, específico às famílias do território, objetivando a denúncia da precariedade em concomitância com a doação de recursos básicos (produtos de higiene, medicamentos e alimentos) e propondo ao núcleo a parceria de assessoria técnica para produção de mapas por e a partir dos sujeitos do território.

Com o aceite do núcleo, começou um período de trocas mútuas de experiências entre os pesquisadores e o grupo social, culminando no projeto de extensão que estamos chamando de “*Censo Popular, Automapeamento e Cartografia Social do Morro da Providência: SOS Providência & Projeto Morador Monitor*” e na conclusão do “*I Diagnóstico Popular da Providência*”.

METODOLOGIA

Partindo da metodologia de pesquisa-ação, inspirados pela “*investigación-acción-participativa*” proposta por Orlando Fals-Borda (XXXX), o núcleo buscou o desafio (não sem contradições) de uma “*horizontalidade epistêmica*”, mediada pelo diálogo aberto entre pesquisadores da academia e o grupo social do território, vislumbrando a produção de saberes, ao procurar romper com a hierarquia entre o conhecimento teórico-técnico-científico da academia e a gama de conhecimentos populares, oriundos dos sujeitos do território, objetivando

a apropriação criativa de ferramentas e estratégias com potencial político reivindicativo – no referido caso, mapa e censo.

Nesse sentido, nossas reflexões teóricas sobre o uso político das representações espaciais Harley (1991), Acselrad e Coli (2008); sobre as relações de poder que permeiam o campo das lutas sociais no espaço Santos (2011) Porto-Gonçalves (2021); e sobre o papel da assessoria técnica engajada Tanaka (2017) se materializaram na experiência aqui referida, na medida em que buscamos diálogo junto ao grupo, almejando desenvolver uma escuta atenta e valorativa dos saberes dos sujeitos do território, mediante as reivindicações patentes e latentes, através de diversas reuniões (nas modalidades presencial e remota) entre o núcleo e o grupo vislumbrando uma práxis do planejamento urbano que parta da atenção às estratégias dos grupos sociais que tencionam, em alguma medida, as dinâmicas da cidade, buscando fortalecer suas ações, desenvolvendo e experimentando possibilidades de apropriação, produção e uso de dispositivos e ferramentas de poder mobilizadas nas disputas espaciais pelo direito à cidade.

Ainda no início das conversas, o grupo social buscou estratégias de ampliação de suas ações, se inscrevendo e sendo contemplado pelo edital da “Chamada Pública para Apoio a Ações Emergenciais de Enfrentamento à covid-19 em Favelas do Rio de Janeiro” lançado pela FIOCRUZ, com recursos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) com o apoio do NEGRAM – possibilitando, para além das cartografias, a realização de um censo popular autônomo, que visava abranger todas as áreas e domicílios do Complexo da Providência.

Desse modo, tendo em vista a criação de estratégias para o recenseamento, o primeiro passo do processo foi corroborar com a regionalização do território proposta pelo grupo envolvido. Os Moradores Monitores dividiram o território – reivindicado por eles enquanto Complexo da Providência – em 10 áreas, ampliando as “fronteiras” da favela e organizando a estratégia de campo, abarcando (inclusive) uma porção territorial não contígua ao morro e não considerada pela instância do poder público enquanto parte da Providência; assim, a comunidade do *King Kong* (área 6), o Morro da Pedra Lisa e alguns acessos são apropriados e integrados ao território pelo grupo, expressando o caráter ativo da participação coletiva reivindicando uma territorialidade no primeiro ato cartográfico: (i) a auto regionalização.



Figura 1 Regionalização com os Moradores Monitores. Fonte: Acervo NEGRAM/Galeria da



Figura 2 Regionalização do Complexo da Providência em 10 áreas. Fonte: Acervo NEGRAM/Galeria da Providência

A regionalização proposta foi georreferenciada, pelos pesquisadores do NEGRAM utilizando o Sistema de Informação Geográfica (SIG) de código aberto e gratuito (QGIS) que serve para processar dados geoespaciais e assim, se estabeleceu a segunda etapa cartográfica: (ii) a vetorização dos logradouros (ruas, becos, vielas, acessos, escadarias e largos) do território se deu a partir da identificação pelos moradores envolvidos e consultados no processo (o carteiro morador da comunidade, a assistente social, os moradores antigos, o grupo de Moradores Monitores e parte da coordenação do Comitê) das toponímias a serem mapeadas pelo núcleo.

Em concomitância com a cartografia, ocorreu a elaboração de um questionário para o censo. As perguntas do questionário buscaram hibridizar (a partir de blocos temáticos) aspectos da pesquisa censitária efetuada pelo IBGE (como habitação, composição racial, trabalho, saúde) com demandas da comunidade, como a indicação de sujeitos considerados “reliquias” do território, a participação dos moradores em associativismos (filiação/participação em associação de moradores, ONGs, partidos políticos, movimentos sociais).

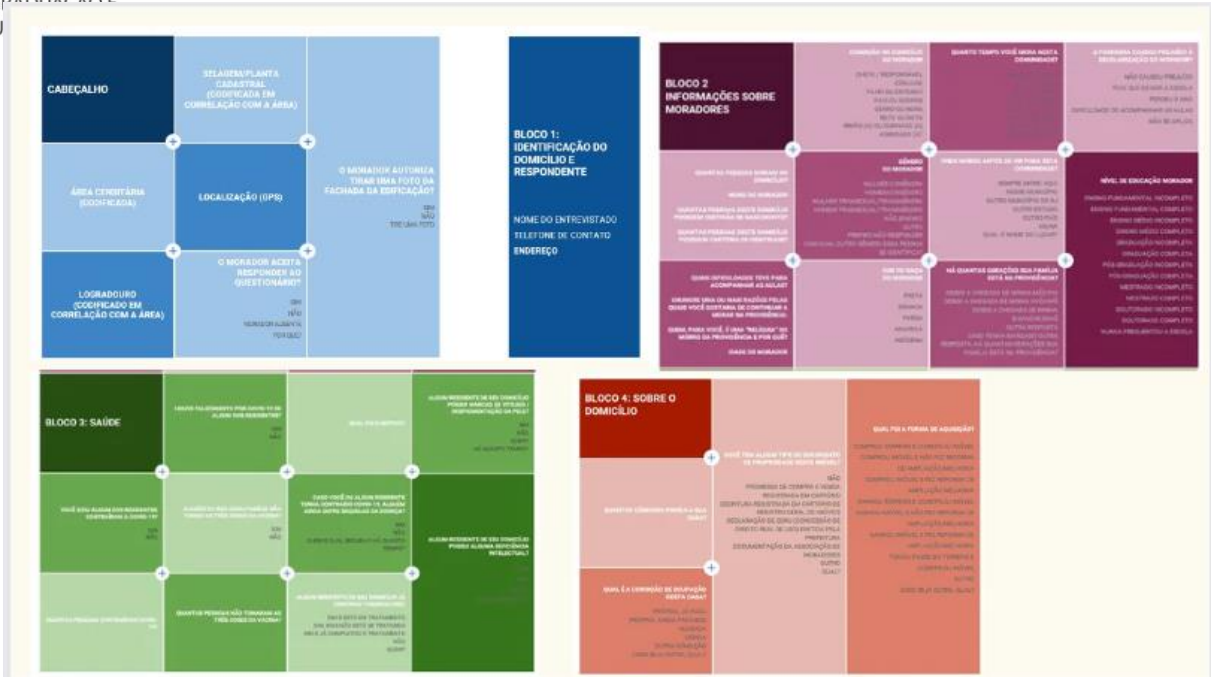


Figura 3- esquema com alguns blocos do questionário do censo

Já no processo final de elaboração do questionário, um novo ator entra em cena. A Organização Não-Governamental “*Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida*” (Ação da Cidadania) ao ter conhecimento do caráter da experiência, propõe um fomento (equivalente a aproximadamente 10% do valor do edital da Chamada Pública da FIOCRUZ) para a inserção de um bloco sobre Segurança Alimentar no questionário do Censo Popular. É importante frisar que as parcerias estabelecidas entre o Comitê e os outros atores, são de responsabilidade do grupo social. Dessa maneira, o Núcleo entende que, apesar do enredamento de distintos atores no âmbito da experiência, o vínculo de parceria e assessoria técnica é com o grupo social, não havendo estabelecido parceria com nenhum órgão de fomento da iniciativa privada, ONG’s e similares. No entanto, concordando com a reivindicação do Grupo, reconhecemos a importância de se inferir os níveis de Segurança Alimentar e Nutricional, mediante contexto calamitoso, de cortes orçamentários em programas e políticas de combate à fome, como a extinção do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

E assim novo bloco, contendo a temática sobre Segurança Alimentar é incorporado no questionário do Censo Popular, a partir da inserção de 23 perguntas da metodologia da EBIA, sugeridas pela Ação da Cidadania. A aferição dos índices de Insegurança Alimentar (IA) se dá a partir das 14 perguntas iniciais, cuja soma produz um escore que categoriza quatro níveis:

Segurança Alimentar (0); Insegurança Alimentar Leve (1-5); Insegurança Alimentar Moderada (6-9) e; Insegurança Alimentar Grave (10-14).

<p>BLOCO 7: SEGURANÇA ALIMENTAR</p>	<p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUM MORADOR DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE, ALGUMA VEZ COMEU MENOS DO QUE DEVERIA PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUM MORADOR DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE, ALGUMA VEZ SENTIU FOME, MAS NÃO COMEU, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUM MORADOR DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE, ALGUMA VEZ, FEZ APENAS UMA REFEIÇÃO AO DIA OU FICOU UM DIA INTEIRO SEM COMER PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p>
<p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, OS MORADORES DESTA CIDADE TIVERAM PREOCUPAÇÃO DE QUE OS ALIMENTOS ACABASSEM ANTES DE PODEREM COMPRAR OU RECEBER MAIS COMIDA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, OS ALIMENTOS ACABARAM ANTES DE OS MORADORES DESTA CIDADE COMEREM ANTES DE PODEREM COMPRAR OU RECEBER MAIS COMIDA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, OS MORADORES DESTA CIDADE FICARAM SEM DINHEIRO PARA TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VARIADA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, OS MORADORES DESTA CIDADE COMERAM APENAS ALGUNS ALIMENTOS QUE AINDA TINHAM PORQUE O DINHEIRO ACABOU? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUM MORADOR DE 18 ANOS OU MAIS DE IDADE DEIXOU DE FAZER UMA REFEIÇÃO PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p>	<p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE, ALGUMA VEZ, DEIXOU DE TER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E VARIADA PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE, ALGUMA VEZ, NÃO COMEU QUANTIDADE SUFICIENTE DE COMIDA PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUMA VEZ, FOI DIMINUÍDA A QUANTIDADE DE ALIMENTOS DAS REFEIÇÕES DE ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUMA VEZ, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE DEIXOU DE FAZER ALGUMA REFEIÇÃO, PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUMA VEZ, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE SENTIU FOME, MAS NÃO COMEU PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p> <p>NOS ÚLTIMOS TRÊS MESES, ALGUMA VEZ, ALGUM MORADOR COM MENOS DE 18 ANOS DE IDADE, FEZ APENAS UMA REFEIÇÃO AO DIA OU FICOU SEM COMER POR UM DIA INTEIRO PORQUE NÃO HAVIA DINHEIRO PARA COMPRAR COMIDA? SIM NÃO</p> <p>VOCÊ TEM ACESSO A ALGUM DESSES EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (ABRAX07)? RESTAURANTE POPULAR BANCO DE ALIMENTOS COZINHA COMUNITÁRIAS NENHUM</p>
<p>BLOCO 7: SEGURANÇA ALIMENTAR</p>	<p>VOCÊ PARTICIPA DE ALGUM COLETIVO, ASSOCIAÇÃO OU GRUPO SOCIAL QUE FAZ AÇÕES DE DISTRIBUIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE FOME? SIM, COMO PESSOA BENEFICIÁRIA (DIRECIONAR PARA A PERGUNTA 02) SIM, COMO PESSOA VOLUNTÁRIA (DIRECIONAR PARA A PERGUNTA 02) SIM, COMO PESSOA TRABALHADORA DO RAMO (DIRECIONAR PARA A PERGUNTA 02) NENHUMA DAS DUAS OPÇÕES (DIRECIONAR PARA A PERGUNTA 03) QUAL É O NOME DO COLETIVO, ASSOCIAÇÃO OU GRUPO QUE VOCÊ FAZ PARTE?</p>
<p>SEUS FILHOS POSSUEM ACESSO À MERENDA ESCOLAR? SIM NÃO</p> <p>DE 0 A 5, ONDE 0 É PÉSSIMO E 5 É ÓTIMO, COMO VOCE AVALIA A QUALIDADE DA MERENDA ESCOLAR QUE É SERVIDA A SEUS FILHOS? 0 1 2 3 4 5</p> <p>A MERENDA ESCOLAR QUE SEU FILHO CONSUME POSSUI FRUTAS, LEGUMES, VERDURAS? SIM, POSSUI TODOS OS ITENS SIM, PARCIALMENTE, SOMENTE ALGUNS DESSES ALIMENTOS NÃO, NENHUM DESSES ALIMENTOS NÃO SABE RESPONDER</p> <p>A MERENDA ESCOLAR QUE SEU FILHO CONSUME POSSUI PROTEÍNAS: CARNE, PEIXE, FRANGO E OVOS? SIM, POSSUI TODOS OS ITENS SIM, PARCIALMENTE, SOMENTE ALGUNS DESSES ALIMENTOS NÃO, NENHUM DESSES ALIMENTOS NÃO SABE RESPONDER</p>	<p>VOCÊ CONHECE O CONSELHO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (CONSEA)? SIM NÃO</p> <p>VOCÊ CONHECE O CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE)? SIM NÃO</p> <p>PARA VOCÊ, O PROBLEMA DA FOME TEM SOLUÇÃO? SIM NÃO</p> <p>NA SUA OPINIÃO, QUAIS SÃO OS RESPONSÁVEIS PELO COMBATE À FOME? OBSERVAÇÃO: PERMITIR A SELEÇÃO DE MAIS UMA RESPOSTA NA PERGUNTA. GOVERNO MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL EMPRESAS E INICIATIVAS PRIVADAS ONGS, COLETIVOS E MOVIMENTOS SOCIAIS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS CIDADÃOS E CIDADÃS NENHUMA DAS OPÇÕES</p>

Figura 1- esquema com o bloco 7 sobre Segurança Alimentar

A ideia da produção autônoma de dados, a partir do território e dos seus sujeitos produtores foi inspirada em outras iniciativas de mobilização coletiva de grupos subalternos que compreendem a importância da apropriação de usos de instrumentos de coleta e mensuração de informações para leitura e reivindicações do próprio território. Experiências como o Censo Maré e o Guia de Ruas da Maré, os questionários do Censo Cidade de Deus e o Censo Rocinha, foram fundamentais para o amadurecimento e confecção de um censo autônomo e popular, no Complexo da Providência.

O papel do núcleo de pesquisas foi captar as demandas patentes e latentes dos moradores e buscar a ferramenta necessária para hospedagem do questionário, viabilizando sua aplicação em campo, no ato do recenseamento. A ferramenta escolhida pelo núcleo foi o *Kobotoolbox*, interface de código aberto, gratuito, apta para instalação em *smartphones* de sistema operacional *android*, de operação *offline* (não exige utilização de dados de telefonia ou uma rede de internet) facilitando o trabalho de campo junto aos domicílios e estabelecimentos do território.



Figura 5- print da interface do questionário no kobotoolbox

Os Moradores Monitores, divididos em duplas e posteriormente adotando a estratégia do “bonde”, em que ao menos um “*cria*” da área específica estava presente, as 10 áreas do Complexo da Providência são recenseadas pelo grupo que – portando (i) colete e crachá de identificação; (ii) caderneta de campo; (iii) mapa impresso com a representação da própria regionalização; (iv) mapa impresso com a demarcação das selagens no território, produzido pelo Instituto Pereira Passos; (v) aplicativo *Qfield* (extensão do *Qgis* para celular) instalado nos *smartphones*, com os mapas anteriores digitalizados e organizados por folhas virtuais e, (vi) o formulário do *Kobotoolbox* com o questionário para o censo – percorre as ruas, conversando com os transeuntes, com as forças locais e entrevistando comerciantes em seus estabelecimentos e moradores nos domicílios.



A expressão “cria” é adotada em algumas favelas do Rio de Janeiro e denota pertencimento ao local de nascimento e reprodução da vida. “Cria” é aquele que conhece as nuances e o *modus operandi* local, desenvolvendo estratégias (muitas vezes ordinárias) a partir da decodificação imanente dos signos do lugar.



Figura 6- Moradora Monitora em atividade de recenseamento

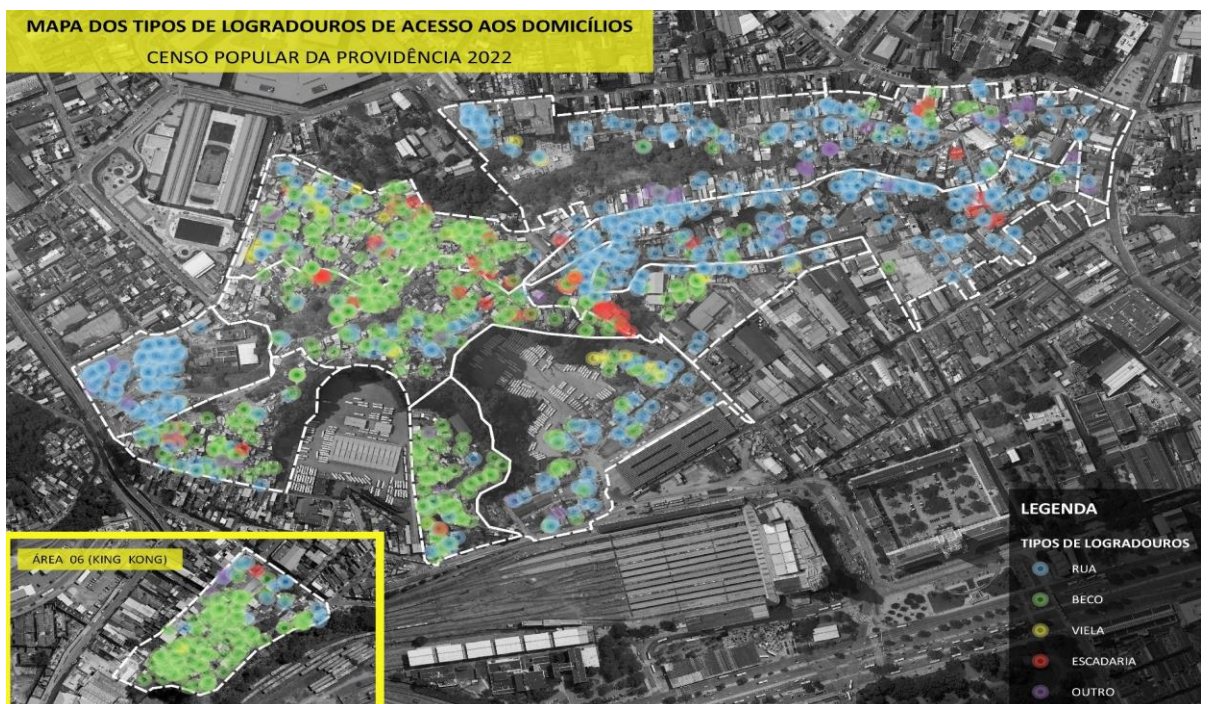
Refletir sobre os ganhos práticos dos usos dessas ferramentas no campo e na formação dos Moradores Monitores é tarefa conjunta do núcleo e dos pesquisadores e condição fundamental para o trabalho aqui apresentado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os resultados obtidos, é importante pontuarmos a criação de um diagnóstico espacializado do Complexo da Providência, intitulado “*I Diagnóstico Popular da Providência*”. Nesse produto, consta o tratamento e a espacialização dos dados extraídos pelos Moradores Monitores em seu processo de ida a campo para o recenseamento. O diagnóstico espacializado



conta com alguns mapas com a regionalização e vetorização de logradouros do Complexo da Providência; representações espaciais que expressam distintos cruzamentos de dados – evidenciando especificidades do território como a composição e distribuição racial; distribuição por gênero e chefia de domicílios; os índices de segurança alimentar das famílias, entre outras informações. Dessa maneira, mapear/diagnosticar as vulnerabilidades e os pontos de força do território nos parece fundamental enquanto estratégia de luta política perante reivindicações do coletivo frente aos espaços de poder. Os mapeamentos oficiais, dificilmente conseguiriam captar com propriedade becos, vielas, largos, escadarias, acessos de territórios como esse.



No entanto, mais do que a importante sistematização da informação dos dados obtidos, é, sobretudo, o exercício da reflexão sobre o processo que nos desperta atenção. A ação organizada do grupo social no território visibiliza a prática coletiva do “*nós por nós*” espacializada, denotando o protagonismo político dos atores subalternos no conhecimento de sua posição.

O termo “*nós por nós*” é uma expressão de uso comum em diversas experiências de autogestão, como no caso dos mutirões em experiências de urbanização de favelas; resistências contra remoções, campanhas sanitárias de combate à disseminação de focos de doenças e epidemias como a dengue; em experiências de ocupações de prédios e terrenos em desuso, por grupos organizados na luta pelo direito à moradia; em levantes, como o fechamento de vias, denunciando a violação de direitos civis (da falta de abastecimento de energia elétrica à

violência policial nos territórios favelados) e outras lutas pelo direito à cidade, em favelas e bairros populares do Rio de Janeiro. No caso aqui exposto, remete a união coletiva para organização e suprimento das demandas locais a partir da identificação e mobilização dos atores para ação na própria comunidade, no trabalho de mitigação dos impactos da pandemia de Covid-19 no território, se apropriando e criando ferramentas fortalecedoras da luta por direitos.

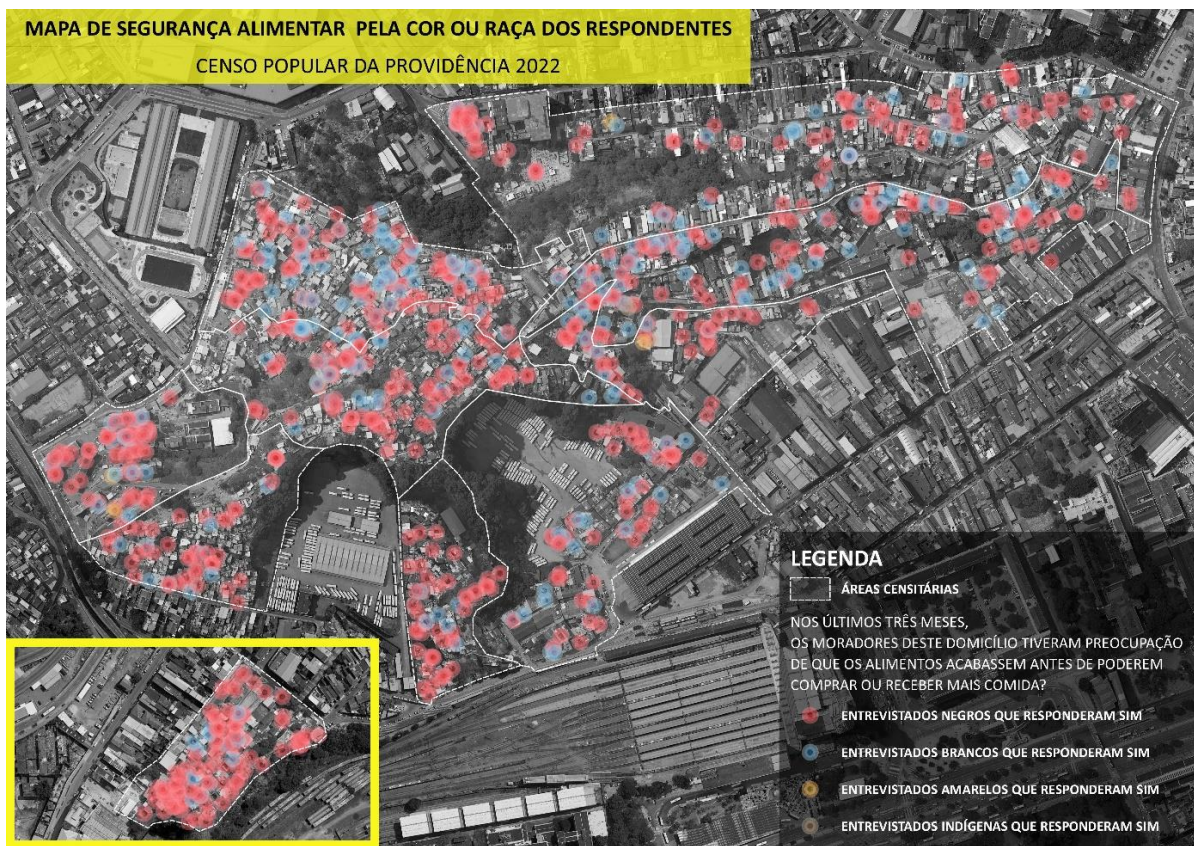
Assim como as ferramentas engendradas, os processos de mapeamento e recenseamento em si, podem potencializar pressupostos de ação por e a partir do espaço, valorando referenciais espaciais na leitura política dos sujeitos e engendrando posicionamentos para a formação de planejadores urbanos de base popular e produtores dos espaços do cotidiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a relação entre assessoria técnica e grupo social deve voltar atenção contra as estratégias de poder que capturam o potencial organizacional e transformador das ações políticas por e a partir dos subalternizados. A operação do *espetáculo da integração* (Ferraz, 2018) envolve a cooptação de grupos e agências contra-hegemônicas ao se entranhar nos processos participativos eivando as práticas de resistência popular do imaginário neoliberal.

Dessa maneira, a busca de sofisticação das ferramentas, dispositivos e estratégias apropriadas para nutrir a luta dos grupos contra-hegemônicos é tarefa que cabe à ciência comprometida com as lutas sociais, em parceria com os grupos subalternizados no âmbito das relações de poder modernas. Nesse sentido, acreditamos que a experiência de assessoria técnica entre NEGRAM e Comitê SOS Providência e Região Portuária, a partir dos seus Moradores Monitores cumpre uma dupla função: (i) formação política e estratégica para utilização e apropriação dos saberes espaciais e seus usos políticos por e a partir dos sujeitos produtores e planejadores do território; (ii) incitar a reflexão teórica entre pesquisadores envolvidos em lutas sociais no urbano – apontando para a crítica epistemológica da dimensão técnica e do uso de ferramentas espaciais enquanto artefatos produzidos pelo homem e, portanto, podendo ser mobilizados de distintas maneiras.

Se mapa e censo, ao serem reconhecidos pelos grupos enquanto instrumentos de luta e reivindicados pelos mesmos, a partir de sua apropriação e seus usos, têm potencial combativo, fica evidente que o “subalterno”, ao se cartografar afirma sua posição perante o mundo – posição essa que contém uma dupla acepção. Para Santos (2007a) “se posicionar” é (i) saber sua posição no mundo (geográfica, política, econômica) para (ii) tomar posição (se apresentando para ação frente ao mundo). Desse modo, compreendemos que a estratégia de “raciocínios centrados no espaço” proposta por Lacoste (1988) pode auxiliar os grupos coletivos a criarem referenciais posicionais de sujeito (SANTOS, 2007a).



A produção do saber, da análise e da contra-hegemonia deve ser compartilhada entre pesquisadores e o coletivo social como uma via de mão dupla. Entendemos que a leitura da realidade de um “*cria*” traz em si mesma, entrelaces do senso comum junto à expertise inerente ao conhecimento ordinário, ao passo que o conhecimento científico-acadêmico, como arcabouço teórico do pesquisador deve abrir mão de qualquer dogmatismo e se vincular ao concreto pensado no âmbito da *práxis* de pesquisa. Para Sandercock, o pesquisador deve atuar como um anfíbio entre os dois mundos, “o desafio dos planejadores na gestão da diferença é o

trabalho de negociar medos e ansiedades, mediando memórias e esperanças, facilitando mudanças e transformação”.

É nesse sentido que, a observação dos apontamentos dos sujeitos se faz pertinente e é encarada por nós como fundamental na prática do pesquisador militante, envolvido num contexto de assessoria técnica, como no caso da cartografia social (última etapa do referido processo) onde os sujeitos apontam, no “Mapa dos Crias da Providência” a experiência de agroecologia do território – a NaturAlê Agroecologia – num movimento de ampliar a pauta da segurança alimentar (georreferenciada) visibilizando uma experiência de prática de soberania alimentar (expressa na cartografia social).

Cartografia Social

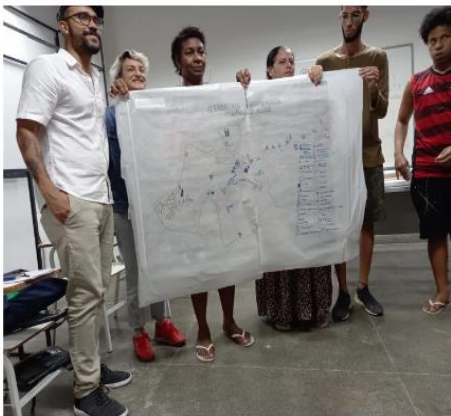


Figura 3 Mapa dos Crias

Cartografia Social



Legenda do Mapa "Viação dos Crias" do CSOSP

Reservatório	Sparta
Caixa d'água	Nossa Senhora da Penha
Dona Domingas	Nossa Senhora do Livramento
Vila dos Portuários	Oratório
Largo	Quintal da Kauana
Casa do Machado de Assis	Teleférico
Hortifrutti	Padaria
Casa Amarela	Mirantes
Exposições	Chopperiaj
Bar do Jeremias	Associação de Moradores
Terreiros	Galeria Providência
Igrejas	Gastronomia
Torres (Embratel)	Pista de skate
Quadras (esporte e lazer)	Lazer infantil (Rua sem saída)
Escolas	Túnel
Escada	Academia do Cachorrão
Sorveteria	SOS Providência
Provi agroecologia	Garagem São Silvestre
Árvore dos Morcegos	

Figura 4 Mapa dos Crias

Aguçar a atenção para a leitura dos movimentos dos “homens lentos” (SANTOS, 2008) nos possibilita percepções das estratégias já existentes. Assim, ler e sistematizar grafias já estabelecidas, pode nutrir o campo das lutas sociais e dos conflitos urbanos patentes e latentes no espaço. Obviamente, não estamos essencializando nenhuma experiência, nem propondo um receituário de politização contra-hegemônica a partir do processo cartográfico exposto. O que buscamos aqui são insumos para o campo das lutas sociais, compreendendo a excepcionalidade e o caráter *sui generis* de cada experiência em cada contexto específico, detectando limites desafiadores e o horizonte de possibilidades entre o conhecimento acadêmico socialmente

referenciado ao lado dos grupos sociais territorializados e a ação prática a partir dos saberes dos sujeitos comuns.

Buscamos nos enredar à luta coletiva dos demais pesquisadores, militantes e movimentos sociais para uma atuação política e científica contra-hegemônica, disputando as ferramentas de luta em favor dos grupos sociais impactados de maneira negativa pela produção capitalista do espaço, analisando como o fortalecimento do protagonismo de grupos populares, pode alimentar o campo do planejamento urbano, em meio a produção conflitual da cidade (Vainer, 2014), visibilizando enredamentos e ações para além do âmbito do Estado.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD E COLI. Cartografias sociais e território / Henri Acelrad (organizador).-- Rio de Janeiro : Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FERRAZ, Nicoli Santos. Mapeamento Participativo das Favelas do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado) – Curso de Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2018.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. 4 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

LACOSTE, Yves. A geografia, isto serve antes de mais nada, para fazer a guerra. 18 ed. Papiрус, 2010

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Outros horizontes para a geografia pela vida, pela dignidade e pelo território. In: Geografias das R-existências, Ponta Grossa, PR: Monstro dos Mares, 2021.

SANDERCOCK, Leonie. “When Strangers Become Neighbours: Managing Cities of Difference”. *Planning Theory & Practice*, Vol 1, n. 1, 2000, p. 13-30.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção, São Paulo, HUCITEC, 1996.



SANTOS, Renato Emerson Nascimento dos. Ativismo Cartográfico: notas sobre formas e usos da representação do espaço e alegorias de poder. In: Revista Geográfica de América Central. Disponível em: [Vol. 2 No. 47E \(2011\): Revista Geográfica da América Central: XIII Encontro de Geógrafos da América Latina \(Versão Eletrônica\)](#)

_____. O ensino de Geografia do Brasil e as Relações raciais: reflexões a partir da Lei 10.639. In: _____ (Org.) “Diversidade, Espaço e Relações Étnico-Raciais: o Negro no Ensino de Geografia”. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2007.

VAINER, Carlos. O Planejamento Conflitual: uma utopia experimental, 2014. disponível em: <https://contrapoder.net/wp-content/uploads/2020/09/O-Planejamento-Conflitual-uma-utopia-experimental-2014-11-27-bis.pdf>